ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

AUTOMAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS: USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO

Autor(res)

Maria Luiza Gonçalves De Aguiar
Luciana Calado Pena
Carine Silva Diniz
Bárbara Hellen Augusto E Silva
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O crescimento constante do número de processos judiciais tem exigido do Poder Judiciário novas formas de atuação. Diante dessa realidade, a utilização da tecnologia passou a ser uma alternativa importante para garantir mais agilidade e eficiência no andamento dos processos. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) aparece como um instrumento de apoio aos magistrados, ao mesmo tempo em que levanta discussões sobre os limites éticos e jurídicos de sua aplicação. A introdução da IA no sistema judicial busca otimizar a análise de dados, reduzir a morosidade e melhorar a tomada de decisões, porém é fundamental considerar os impactos sociais e garantir a transparência, a imparcialidade e a responsabilidade dos algoritmos utilizados.

Objetivo

Compreender de que maneira a Inteligência Artificial está sendo utilizada para auxiliar na tomada de decisões judiciais, apontando benefícios, riscos e possíveis impactos no sistema de justiça.

Material e Métodos

A pesquisa foi feita com base em materiais de natureza qualitativa, consultando livros, artigos jurídicos, estudos institucionais e exemplos práticos, como o Projeto Victor, utilizado no Supremo Tribunal Federal (STF). O método consistiu na análise crítica de dados disponíveis, buscando perceber tanto os avanços trazidos pela tecnologia quanto as preocupações que surgem em torno de sua utilização no ambiente judicial brasileiro.

Resultados e Discussão

A adoção da Inteligência Artificial pelo Judiciário tem contribuído para a diminuição do acúmulo de processos e a otimização de atividades repetitivas. Ferramentas como o Projeto Victor auxiliam na identificação de processos com temas semelhantes, o que permite ao STF priorizar julgamentos mais relevantes. No entanto, o uso da tecnologia também traz desafios: surgem questionamentos sobre a transparência dos algoritmos, a preservação

da imparcialidade e o risco de decisões automatizadas desconsiderarem aspectos subjetivos importantes para cada caso. Fica evidente que, apesar dos ganhos, é necessário muito cuidado para que a IA atue apenas como ferramenta de apoio, sem substituir a análise humana, que é essencial na realização da justiça.

Conclusão

Embora a Inteligência Artificial traga melhorias importantes para o Judiciário, é indispensável garantir que seu uso respeite os princípios constitucionais e preserve o papel central do ser humano na prática jurídica. O futuro da justiça passa pela tecnologia, mas sem abrir mão da sensibilidade e da responsabilidade que apenas as pessoas podem oferecer.

Referências

Referências: BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números 2024. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 27 abr. 2025. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Projeto Victor. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 27 abr. 2025.